

Entre práticas agroecológicas e certificação orgânica: o papel dos circuitos curtos de comercialização em Presidente Prudente (SP), Brasil

Between agroecological practices and organic certification: the role of short food supply chains in the Presidente Prudente (SP), Brazil

Camila de Souza Pereira

UNESP. Presidente Prudente, SP, Brasil

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol

UNESP. Presidente Prudente, SP, Brasil

GT10 - Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo: As agriculturas de base ecológica e regenerativa têm ampliado sua relevância no debate acadêmico e nas práticas sociais, impulsionadas por demandas socioambientais e pela necessidade de reconfiguração dos modelos de produção, abastecimento e consumo de alimentos. Contudo, sua inserção em mercados formais permanece atravessada por limites estruturais que restringem o alcance e a democratização do acesso, mesmo em circuitos considerados alternativos. Nesse contexto, este trabalho objetiva analisar as relações de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos certificados em Presidente Prudente (SP), ampliando a análise para a região do Pontal do Paranapanema, uma vez que o município concentra espaços de comercialização abastecidos por agricultores regionais. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas, observação em campo e levantamento de dados junto a agricultores, consumidores e estabelecimentos comerciais. Os resultados evidenciam a centralidade da economia solidária, a predominância de circuitos curtos de comercialização e sua contribuição para a aproximação entre produtores e consumidores. Todavia, persistem entraves relacionados aos preços, à escala produtiva e à capilaridade dos canais de distribuição, o que mantém o acesso a esses produtos desigual e seletivo. Ao explicitar, de forma articulada, potencialidades e fragilidades, o estudo contribui para a compreensão do papel social dessas agriculturas como projetos políticos e alternativas concretas – ainda que tensionadas – ao modelo agroalimentar hegemônico.

Palavras-chave: Sistemas Agroalimentares. Circuitos Curtos de Comercialização. Sistemas Agrícolas Alternativos.

Abstract:: Ecological and regenerative agriculture have gained increasing relevance in academic debates and social practices, driven by socio-environmental demands and the need to reconfigure models of food production, distribution, and consumption. However, their integration into formal markets remains constrained by structural limitations that restrict their reach and the democratization of access, even within so-called alternative circuits. In this context, this study aims to analyze the commercialization relations of certified agroecological and organic products in Presidente Prudente (SP), extending the analysis to the Pontal do Paranapanema region, as the municipality concentrates marketing spaces supplied by regional farmers. A qualitative approach was adopted, based on semi-structured interviews, field observations, and data collection involving farmers, consumers, and commercial establishments. The results highlight the centrality of the solidarity economy, the predominance of short food supply chains, and their contribution to strengthening the proximity between producers and consumers. Nevertheless, barriers related to pricing, production scale, and the capillarity of distribution channels persist, maintaining unequal and selective access to these products. By articulating both potentialities and constraints, the study contributes to understanding the social role of these agricultural practices as political projects and concrete – albeit contested – alternatives to the hegemonic agri-food model.

Keywords: Agri-Food Systems. Short Food Supply Chains. Alternative Agricultural Systems.

1. Introdução

As transformações no sistema agroalimentar, intensificadas pela modernização agrícola, consolidaram um modelo produtivo orientado pela produtividade, especialização e expansão de circuitos longos de comercialização. Embora esse processo tenha promovido ganhos produtivos, também evidenciou limites sociais e ambientais, estimulando o surgimento de iniciativas que buscam valorizar práticas agrícolas ecológicas, saberes locais e formas alternativas de organização da produção e da circulação de alimentos (Ehlers, 1999). Nesse contexto, a agroecologia tem se afirmado como ciência, prática e movimento social voltado à construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e socialmente justos (Altieri, 2012).

No Brasil, tais experiências ganharam maior visibilidade com a atuação de movimentos sociais da reforma agrária, com políticas públicas voltadas à agricultura familiar e com a expansão dos circuitos curtos de comercialização, que aproximam produtores e consumidores e fortalecem mercados locais. Entretanto, essas iniciativas se desenvolvem em meio às contradições do período técnico-científico-informacional, no qual a produção agrícola permanece fortemente condicionada pelas lógicas da produtividade, da competitividade e da mercantilização da vida (Santos; Silveira, 2013). Nesse cenário, os circuitos curtos configuram espaços relevantes de construção de mercados baseados em relações de proximidade, confiança e cooperação (Guzmán, 2002).

Essa discussão assume particular relevância no Pontal do Paranapanema, região marcada por históricos conflitos fundiários e por forte presença da agricultura familiar e de assentamentos rurais. Em cidades médias regionais, como Presidente Prudente (SP), diferentes iniciativas de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos têm se estruturado por meio de feiras, projetos coletivos e estabelecimentos especializados, conectando produtores de municípios vizinhos à dinâmica urbana de consumo. Contudo, apesar da expansão dessas experiências, ainda são poucos os estudos que analisam como se estruturam, territorialmente, as relações de comercialização nesses circuitos e quais fatores condicionam sua consolidação e alcance social.

Diante desse contexto, o problema que orienta este trabalho consiste em compreender como se configuram as relações de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos certificados em circuitos curtos selecionados em Presidente Prudente (SP), bem como identificar suas principais potencialidades e limitações. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a configuração territorial dos circuitos de comercialização desses produtos em Presidente Prudente (SP), ampliando a análise para a região do Pontal do Paranapanema,

considerando que o município concentra espaços de comercialização abastecidos por agricultores regionais. Especificamente, busca-se identificar os agentes envolvidos – para além de produtores e consumidores, incluindo estabelecimentos comerciais, organizações de apoio, redes e iniciativas vinculadas –, assim como compreender as formas de articulação entre esses sujeitos e os condicionantes que influenciam o funcionamento desses circuitos, tais como os preços, a escala produtiva, a logística de distribuição e as formas de certificação.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com agricultores, consumidores e representantes de estabelecimentos comerciais, além de observações de campo e consulta a dados secundários. O recorte empírico compreende cinco espaços de comercialização localizados em Presidente Prudente, sendo eles feiras e estabelecimentos privados; no caso destes últimos, optou-se por uma análise conjunta, considerando a similaridade de suas formas de operação e inserção no mercado.

O texto está estruturado em três partes, além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas.

2. Revisão da Literatura

A agroecologia tem se consolidado como uma abordagem voltada à reconfiguração dos sistemas agrícolas a partir de princípios ecológicos e sociais, considerando de forma integrada as diferentes etapas do processo produtivo, do manejo do solo à comercialização (Caporal; Costabeber, 2002). Nesse campo, a agricultura orgânica é frequentemente associada à agroecologia, embora tenha desenvolvido uma trajetória própria, especialmente a partir da institucionalização de marcos regulatórios. No Brasil, a promulgação da Lei nº 7.802/1989, ao estabelecer normas para o controle de agrotóxicos, contribuiu para ampliar o debate sobre formas alternativas de produção e para a posterior consolidação de regulamentações voltadas à agricultura orgânica (Roel, 2002).

Embora ambas as abordagens valorizem os processos ecológicos naturais como base na fertilidade do solo e da qualidade dos cultivos, diferenciam-se quanto à inserção no sistema agroalimentar. A agroecologia mantém uma crítica estrutural ao modelo produtivista e enfatiza dimensões territoriais, socioculturais e políticas da produção de alimentos. Já a agricultura orgânica, ao se institucionalizar por meio de certificações e normativas legais, passou a se inserir de maneira mais funcional nas dinâmicas de mercado, sendo, em diversos contextos, incorporada por grandes redes de produção e distribuição (Cerveira; Castro, 1999).

A análise da espacialização dessas formas de produção no território brasileiro ainda enfrenta limitações decorrentes da escassez e fragmentação de dados oficiais. Nesse cenário, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, mantido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, constitui a principal fonte de informações quantitativas. No estado de São Paulo, por exemplo, foram registradas 1.219 unidades certificadas em 2014 (cerca de 12% do total nacional), número que alcançou 1.794 em 2017 e recuou para 1.673 em 2025, representando aproximadamente 6% do total brasileiro (MAPA, 2014, 2017, 2025). Essas oscilações evidenciam entraves estruturais à ampliação das certificações, especialmente entre pequenos produtores rurais.

Entre os principais desafios destacam-se os custos financeiros associados ao processo de transição produtiva, as exigências técnicas da certificação e as dificuldades de inserção em canais estáveis de comercialização (Hespanhol, 2008). A dependência de intermediários, os custos logísticos e o acesso restrito a mercados institucionais ou especializados tendem a comprometer a viabilidade econômica da produção orgânica, sobretudo em pequenas propriedades.

No Pontal do Paranapanema, região situada no extremo oeste paulista e marcada pela presença de assentamentos rurais, observa-se uma dinâmica particular. Estudos indicam uma redução no número de certificações formais paralela ao fortalecimento de agricultores que se identificam como agroecológicos, priorizando sistemas produtivos de base ecológica e estratégias de comercialização direta (Pereira, 2025). Nesse contexto, os circuitos curtos de comercialização assumem papel relevante ao aproximar produtores e consumidores e ao fortalecer mercados locais (Darolt, 2013).

De modo geral, a produção orgânica brasileira apresenta grande heterogeneidade. Embora cerca de 70% dos produtores orgânicos sejam agricultores familiares vinculados a associações ou movimentos sociais, também coexistem produtores empresariais e cadeias produtivas voltadas à exportação (Villani, 2009). Ainda assim, a participação da agricultura orgânica permanece reduzida em relação ao conjunto da produção agrícola nacional. Dados do último Censo Agropecuário indicam que apenas cerca de 0,4% dos produtores rurais brasileiros estão formalmente inseridos nesse segmento (IBGE, 2019).

No estado de São Paulo, a distribuição espacial das certificações tende a concentrar-se nas regiões com maior acesso a mercados consumidores e melhores condições logísticas, como as macrorregiões de Campinas, Macro Metropolitana Paulista e Metropolitana de São Paulo (Scalco et al., 2019; Brito et al., 2022). Esse padrão evidencia a forte relação entre certificação,

acesso ao mercado e dinâmica de consumo, frequentemente associada a grupos sociais com maior poder aquisitivo.

Nesse sentido, o consumo de produtos orgânicos ainda apresenta certo grau de seletividade social, influenciado pelos custos de produção, certificação e distribuição (Brito et al., 2022). Para Assis e Romeiro (2002), uma distinção importante entre a agricultura orgânica certificada e a agroecologia reside justamente no enfraquecimento do vínculo direto entre produtores e consumidores. Em contraste, experiências agroecológicas tendem a privilegiar formas de comercialização baseadas na proximidade territorial, como feiras locais, venda direta e sistemas de cestas.

Esses arranjos produtivos e comerciais são relevantes em contextos marcados por limitações estruturais, como os assentamentos rurais, onde os circuitos curtos se configuram como estratégia central de viabilização econômica da produção agroecológica (Matheus, 2023). Ao reduzir intermediários, custos logísticos e dependência de insumos externos, esses circuitos contribuem para ampliar a autonomia dos agricultores e fortalecer dinâmicas territoriais de produção e consumo.

3. Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, estruturada a partir de levantamento de dados secundários, revisão teórica e trabalhos de campo. Inicialmente, foram coletadas informações junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, considerando as certificações registradas entre 2022 e 2024 e a atualização disponível para 2025. Essa etapa permitiu delinear um panorama da produção orgânica certificada e identificar a discrepância entre o número reduzido de produtores certificados e a presença de variados espaços de comercialização na cidade de Presidente Prudente (SP).

Na sequência, realizou-se o aprofundamento teórico sobre os circuitos curtos de comercialização e as concepções de agroecologia e agricultura orgânica, o que orientou a delimitação do recorte empírico. Considerou-se, ainda, o papel regional de Presidente Prudente e sua inserção no Pontal do Paranapanema, território marcado pela presença de assentamentos rurais e por históricos processos de luta pela terra (ITESP, 2017).

Os trabalhos de campo foram desenvolvidos entre 2023 e 2024, por meio de observação ativa (Gil, 2004) em espaços de comercialização, incluindo feiras, iniciativas de entrega de cestas sob encomenda e estabelecimentos especializados na venda de produtos orgânicos na

cidade. Essa etapa permitiu compreender o funcionamento desses circuitos e definir os locais e sujeitos participantes da pesquisa.

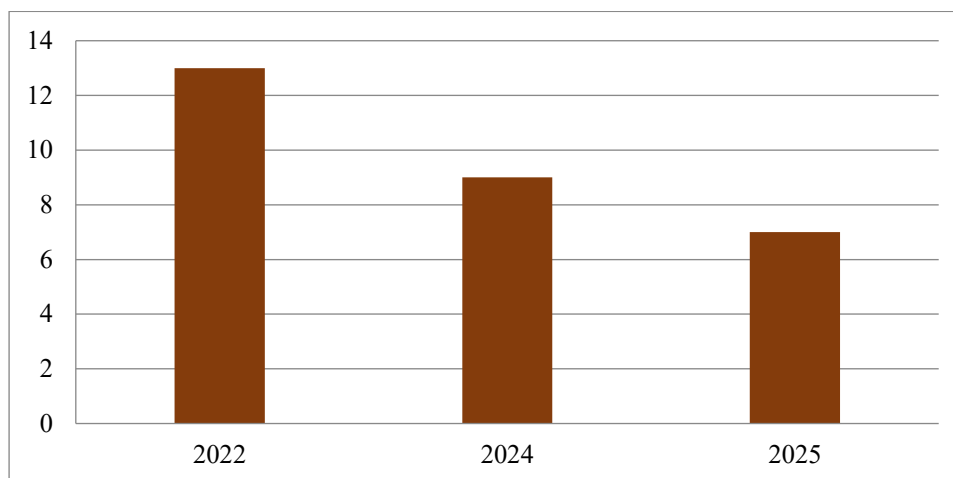
Entre maio e dezembro de 2024, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com agricultores e consumidores nos espaços autorizados, o que possibilitou maior flexibilidade na obtenção das informações (Gerhardt; Silveira, 2009). Constatou-se que grande parte da produção comercializada em Presidente Prudente é proveniente de assentamentos rurais localizados em municípios vizinhos, evidenciando a dimensão regional desses circuitos. Nos estabelecimentos comerciais fixos, onde não foi possível realizar entrevistas, registraram-se informações sobre a procedência dos produtos com base nos rótulos das mercadorias certificadas comercializadas nesses locais.

Dessa forma, a pesquisa configura-se como um estudo de caso (Gil, 2004), baseado na análise de circuitos de comercialização selecionados e presentes em Presidente Prudente, e onde são comercializados produtos orgânicos e agroecológicos. Foram utilizados roteiros padronizados de entrevista e assegurados os princípios éticos da pesquisa e o anonimato dos participantes, permitindo analisar a organização dos fluxos comerciais e a relação entre a oferta de produtos e o número de certificações formais na região.

4. Resultados

Antes de iniciar a análise dos circuitos de comercialização, foi necessário delimitar o recorte espacial da pesquisa. Em estudos geográficos, a definição da área de investigação é fundamental para compreender os fenômenos em sua dimensão territorial. Neste trabalho, o recorte incidiu sobre a cidade de Presidente Prudente (SP) e sua área de influência imediata no Pontal do Paranapanema (Figura 1). Trata-se de um território marcado por históricos conflitos fundiários, pela presença expressiva de assentamentos rurais e pela coexistência de distintos modelos agrícolas, que variam entre sistemas convencionais intensivos e iniciativas de base agroecológica e orgânica.

Gráfico 1 – Comparativo do número de certificações orgânicas na região do Pontal do Paranapanema (2022, 2024 e 2025)



Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária 2022; 2024; 2025.

Apesar dessa retração nos registros formais, as observações de campo e as entrevistas realizadas indicam a permanência de práticas agroecológicas na região. Muitas dessas experiências se desenvolvem fora dos mecanismos institucionais de certificação, sustentadas principalmente por relações de confiança, proximidade territorial e reconhecimento social entre produtores e consumidores. Esse cenário reforça a importância de analisar os circuitos curtos de comercialização para além dos instrumentos normativos.

As visitas de campo evidenciaram que grande parte dos alimentos comercializados em Presidente Prudente é proveniente de municípios vizinhos, especialmente de assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. Assim, a centralidade do município não se explica pela produção agrícola local, mas por seu papel como polo urbano de consumo e ponto de convergência de produtos oriundos de diferentes áreas rurais do seu entorno.

A análise dos espaços investigados permitiu identificar três modalidades principais de comercialização: 1) Iniciativas vinculadas a projetos universitários e de extensão, como o projeto de cestas agroecológicas Raízes do Pontal; 2) Feiras organizadas por agricultores familiares e movimentos socioterritoriais, como a Feira da Reforma Agrária e a Feira dos Pequenos Produtores no SESC; 3) Estabelecimentos privados voltados à comercialização de orgânicos certificados, como o espaço Vida Orgânica e o Sinal Verde.

A agroecologia se manifesta com maior intensidade nas duas primeiras modalidades, enquanto a certificação formal aparece com maior frequência nos estabelecimentos comerciais

especializados. Essa diferenciação contribui para explicar por que os dados oficiais não refletem a totalidade das práticas sustentáveis existentes no território estudado.

Modalidade 1 – Iniciativas vinculadas a projetos universitários e de extensão: o caso do Projeto Cestas Agroecológicas “Raízes do Pontal”

Uma modalidade relevante identificada na pesquisa é a comercialização por meio de cestas agroecológicas. Essa estratégia permite maior previsibilidade produtiva e financeira para os agricultores, uma vez que os pedidos são realizados previamente pelos consumidores.

O projeto de extensão “Cestas Agroecológicas e Solidárias Raízes do Pontal” (Figura 2), vinculado à Universidade Estadual Paulista - UNESP, articula a produção de famílias assentadas com a demanda da comunidade universitária. As entregas são realizadas periodicamente no campus, e a comunicação ocorre principalmente por redes sociais e aplicativos de mensagens.

Figura 2 – Produtos comercializados no Projeto de Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”



Fonte: Acervo Pessoal, 2024

O agricultor entrevistado, residente no Assentamento Rodeio (Presidente Bernardes/SP), desenvolve produção diversificada baseada em princípios agroecológicos e possui certificação orgânica emitida pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR. Para ele, a certificação é relevante em mercados sem contato direto com consumidores, mas perde centralidade em iniciativas baseadas em relações de confiança, como o projeto de cestas.

Os consumidores entrevistados – majoritariamente estudantes, docentes e servidores da universidade – destacaram a qualidade dos alimentos, a confiança na procedência e o desejo de apoiar a agricultura familiar como principais motivações de consumo.

Modalidade 2 – Feiras de agricultores familiares e movimentos socioterritoriais: o caso da Feira da Reforma Agrária (Galpão da Lua)

A Feira da Reforma Agrária (Figura 3), realizada no espaço cultural Galpão da Lua, constitui um dos principais canais de comercialização agroecológica em Presidente Prudente. Criada em 2017 a partir da articulação entre agricultores assentados e movimentos sociais, a feira ocorre mensalmente e reúne produtores de assentamentos localizados em municípios como Presidente Bernardes (SP) e Mirante do Paranapanema (SP).

Figura 3 - Registros da Feira da Reforma Agrária na cidade de Presidente Prudente/SP



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

O acompanhamento de doze edições da feira entre 2023 e 2024 permitiu observar que o espaço funciona não apenas como mercado, mas também como ambiente de sociabilidade e articulação sociopolítica. Foram entrevistados quatro agricultores, com idades entre 30 e 59 anos, todos residentes em assentamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A produção comercializada é majoritariamente própria, correspondendo a cerca de 90% dos produtos ofertados, incluindo hortaliças, frutas, leite e produtos de panificação.

Os agricultores relataram adotar práticas agroecológicas como compostagem, rotação de culturas e consórcios produtivos. Três dos entrevistados possuem certificação orgânica, utilizada principalmente para acesso a mercados institucionais ou contratos específicos. No contexto da feira, entretanto, a certificação tem papel secundário, uma vez que a relação direta com os consumidores constitui o principal mecanismo de validação da qualidade dos produtos.

Também foram entrevistados sete consumidores, predominantemente mulheres com idade entre 40 e 45 anos e elevada escolaridade, muitos deles vinculados à UNESP. As principais motivações de compra incluem a confiança nos produtores, a qualidade dos alimentos e o apoio à agricultura familiar. Embora reconheçam preços superiores aos produtos convencionais, os consumidores consideram os valores compatíveis com os benefícios associados à saúde e à sustentabilidade.

Modalidade 2 – Feiras de agricultores familiares e movimentos socioterritoriais: o caso da Feira dos Pequenos Produtores (SESC Thermas)

A Feira dos Pequenos Produtores (Figura 4), realizada no SESC¹ Thermas, consolidou-se como outro importante espaço de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos na cidade. Retomada em 2022 após a suspensão causada pela pandemia de Covid-19, ocorre mensalmente e reúne agricultores de diferentes municípios da região.

¹ Sigla: Serviço Social do Comércio.

Figura 4 – Retratos das relações firmadas e da variedade de produtos presentes na Feira dos Pequenos Produtores – SESC



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

As entrevistas com quatro produtores indicam a diversidade de trajetórias produtivas e de formas de inserção no mercado. Apenas um deles possui certificação orgânica formal, enquanto os demais adotam práticas agroecológicas – como o uso de insumos naturais, a diversificação de culturas, a adubação orgânica e o manejo sem agrotóxicos – sem certificação, apontando os custos e as exigências burocráticas como obstáculos para sua obtenção.

Os agricultores destacam que a venda direta reduz a dependência de intermediários e fortalece a relação com os consumidores, embora persistam desafios logísticos relacionados ao transporte, embalagens e insumos. Entre os consumidores entrevistados, predominam mulheres entre 40 e 50 anos, residentes na área urbana de Presidente Prudente e motivadas por fatores como qualidade dos alimentos, preocupação ambiental e valorização da produção local.

Modalidade 3 – Comercialização em estabelecimentos privados: os casos do Vida Orgânica e do Sinal Verde

Além das feiras e projetos de cestas, a pesquisa identificou a presença de estabelecimentos privados especializados na venda de produtos orgânicos certificados. Em Presidente Prudente, destacam-se os empreendimentos *Vida Orgânica* e *Sinal Verde*. Esses estabelecimentos oferecem ampla variedade de produtos frescos e industrializados, operando com vendas presenciais e serviços de entrega. Contudo, diferentemente das feiras e projetos agroecológicos, grande parte dos produtos comercializados provém de fornecedores externos à região.

Essa característica evidencia uma dinâmica distinta de comercialização, na qual a certificação formal assume maior importância, enquanto os vínculos territoriais entre produtores e consumidores tendem a se enfraquecer. A descontinuidade do estabelecimento *Sinal Verde* em 2024 também evidencia as dificuldades econômicas enfrentadas por esse tipo de empreendimento.

De modo geral, os resultados indicam que os circuitos curtos de comercialização desempenham papel relevante na articulação entre produção agroecológica e consumo urbano em Presidente Prudente. Entretanto, persistem desafios relacionados à certificação, logística, acesso a mercados e democratização do consumo, aspectos que evidenciam a fragilidade e, ao mesmo tempo, o potencial de fortalecimento dos sistemas alimentares alternativos em cidades médias.

5. Considerações finais

Diante dos dados levantados, destaca-se a relevância dos espaços de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos em Presidente Prudente/SP. Os esforços dos produtores – muitas vezes realizados com recursos próprios – para participar de diferentes iniciativas de venda, selecionar variedades adequadas e manter a qualidade dos alimentos evidenciam um cuidado que fortalece a relação entre produção e consumo. Essa dinâmica reforça o papel do contato direto entre agricultores e consumidores, reduzindo intermediários, diminuindo a dependência de insumos externos e favorecendo a construção de relações baseadas na cooperação e na confiança.

Nos espaços analisados, as práticas de comercialização são atravessadas por vínculos sociais e afetivos que ultrapassam a dimensão estritamente mercantil. A valorização da

trajetória e do trabalho de cada agricultor contribui para consolidar relações de proximidade entre produtores e consumidores, nas quais a confiança desempenha papel central. Iniciativas como o projeto de cestas agroecológicas Raízes do Pontal exemplificam essa dinâmica ao mobilizar agricultores, estudantes, docentes e técnicos da universidade em processos coletivos de organização, divulgação e distribuição dos alimentos.

Embora a certificação orgânica ainda represente um desafio para parte dos agricultores, os resultados indicam que, nos circuitos curtos de comercialização, a confiança construída nas relações diretas entre produtores e consumidores assume maior centralidade do que a certificação formal. Ainda assim, esta última permanece relevante como instrumento de inserção em mercados mais amplos, nos quais o contato direto entre produtores e consumidores não se estabelece.

A análise comparativa dos diferentes canais de comercialização evidencia particularidades em suas dinâmicas. As cestas agroecológicas garantem maior previsibilidade de vendas e reduzem desperdícios; as feiras ampliam a visibilidade dos produtores e fortalecem as relações sociais, embora apresentem maior risco de perdas de produtos; já os estabelecimentos privados operam com relações mais mediadas, sustentadas principalmente pela oferta de produtos certificados e pela especialização do consumo.

As entrevistas com os agricultores também revelaram forte comprometimento com práticas ambientalmente responsáveis e vínculo simbólico com a terra. Ao mesmo tempo, evidenciaram preocupações relacionadas à contaminação por agrotóxicos provenientes de propriedades vizinhas, indicando os desafios de manter sistemas agroecológicos em territórios onde predominam formas convencionais de produção agrícola.

Em síntese, observa-se que, em Presidente Prudente, a agroecologia e a agricultura orgânica se articulam de maneira significativa aos circuitos curtos de comercialização. O apoio institucional da universidade e a participação ativa da comunidade contribuem para sustentar essas iniciativas, que ultrapassam a lógica de mercado convencional e configuram redes de relações sociais baseadas na confiança, na valorização do território e na construção coletiva de alternativas para a produção e o consumo de alimentos.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3^a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, 2002.

BRITO, T. P. et al. Perfil dos agricultores orgânicos e as formas de avaliação da conformidade orgânica no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, p. e260825, 2022.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13- 16, 2002.

CERVEIRA, R.; CASTRO, M. C. Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo: características de um padrão de consumo. **Informações Econômicas**, Instituto de Economia Agrícola, v. 29, n. 12, p. 7-20, 1999.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139–170.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecol. e Desenvolv. Rural Sustent**, v. 3, p. 18-28, 2002.

HESPANHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117-136.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo agropecuário**: resultados definitivos 2017. Título Abreviado: AGRO; Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro2017.html>. Acesso em: 15 de mar. 2026.

ITESP – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Pontal do Paranapanema: maior número de assentamentos rurais do estado**. São Paulo: ITESP, 2017. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em: 9 fev. 2025.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Orgânicos: Cadastro Nacional de Produtores. 2014 - 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt->

br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos. Acesso em: 20 fev. 2026.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Agroecologia como movimento socioterritorial: um estudo sobre circuitos curtos de comercialização e reforma agrária popular no estado de São Paulo**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2023.

PEREIRA, C. de S. **Os circuitos de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos de Presidente Prudente/SP: uma análise a partir das modalidades de venda e padrões de consumo**. 2025. 254 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2025.

ROEL, A. R. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. **Interações** (Campo Grande), Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 57–65, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações econômicas**, v. 39, n. 11, p. 27-40, 2009.

SCALCO, A. R.; OLIVEIRA, S. C.; PINTO, L. de B. Influential factors in the adherence to the certified organic production system in relation to the profile of the establishments and rural producers in Brazil. **Agroalimentaria**, v. 25, n. 49, p. 45–63, 2019.

VILLANI, C. **Hypocoercivity**. American Mathematical Society, 2009.